



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9482

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 29/08/2017

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 65/2017. Autoriza o Município de Montes Claros a firmar parceria e repassar recursos financeiros no valor de R\$ 62.820,67 à “Associação Paula Elizabete”, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.998, de 22/09/2017).

**Controle Interno – Caixa:** 21.4

**Posição:** 57

**Número de folhas:** 15

---

Especie: P.L.  
Categoria: Repasse de Recursos  
Cx: 21.4  
Ordem: 57  
nº folhas: 13

Nº 43/2017



19.09.2017

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 65/2017

AUTOR:

Executivo Municipal

Lei nº 4.998, de 22/09/2017

ASSUNTO:

Autoriza o Município de Montes Claros a Firmar Parceria com a  
Entidade que Menciona, Repassar Recursos Financeiros; e dá  
Outras Providências.

### MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - Entrada em 29/08/2017
- 4 - Comissão de Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas
- 5 - APROVADO em REGIME DE URGÊNCIA
- 6 - Em 19.09.2017.
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 23 de agosto de 2017

Exmo. Sr.

Vereador Cláudio Ribeiro Prates

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Ofício nº GP- 184 /2017

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA O MUNICIPIO DE MONTES CLAROS A FIRMAR PARCERIA COM A ENTIDADE QUE MENCIONA, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O incluso projeto de lei visa possibilitar a celebração de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE, que tão relevantes serviços presta na comunidade de Montes Claros, tendo nos anos anteriores atendido um número superior a 800 (oitocentos) alunos, em parceria com o Município.

Com o advento da Lei n.º 13.109/2014, que tem por missão aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado, o Município vem se adequando ao disposto nesta legislação, objetivando a criação um ambiente estável e sadio que gere segurança jurídica, promovendo o fortalecimento institucional e ainda a valorização das Organizações da Sociedade Civil e, principalmente, a transparência na aplicação dos recursos financeiros e a efetividade nas parcerias.

Por oportuno, esclarecemos que o quantitativo de repasse foi calculado pela Secretaria Municipal de Educação, mediante critérios objetivos que levaram em conta o número de alunos atendidos e a modalidade de ensino oferecida, nos termos da documentação que acompanha o presente Projeto de Lei.

Na certeza de que os benefícios que advirão das medidas contidas no projeto de lei em referência justificam, plenamente, a sua aprovação e em face da urgência de sua implementação, solicitamos que referida proposição seja submetida ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Humberto Guimarães Souto  
Prefeito de Montes Claros

PROTOCOLADO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECD.
24 / 08 / 2017	
HORAS: 15h 10	
ASS: KSR Caldeira	





**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 65, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

**AUTORIZA O MUNICIPIO DE MONTES CLAROS A FIRMAR PARCERIA COM A ENTIDADE QUE MENCIONA, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o Município de Montes Claros, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a firmar parceria e repassar recursos financeiros à instituição de educação, previamente credenciada e relacionada no inciso I deste artigo:

I – ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE – com sede na Rua Sagrada Família de Nazaré, nº 555 – Jaraguá – Montes Claros (MG), CNPJ nº 01.947.440/0001-13.

Valor do repasse: R\$ 62.820,67 (sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), dividido em 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

**Parágrafo Único.** Fica reconhecido, para o referido repasse, a dispensa da realização do chamamento público, nos termos do inciso VI, do art. 30, da Lei Federal nº. 13.090/14.

**Art. 2º** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar gêneros alimentícios e gás de cozinha a serem destinados exclusivamente à preparação da merenda escolar dos alunos regularmente matriculados nas instituições mencionadas na presente Lei.

**Art. 3º** – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria: 02.07.04-12.361.0034.4062 – 335043 – Fonte 119

**Art. 4º** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na dotação orçamentária constante do art. 3º, desta Lei, o valor de R\$ 62.820,67 (sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos).

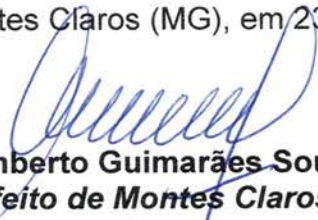
**Parágrafo Único.** Para atender a suplementação de crédito a que se refere o *caput* do presente artigo, fica o Poder Executivo autorizado a anular o valor de R\$ 62.820,67 (sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 02.07.03-12.361.0034.1033 – 449051 – Fonte 122

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de agosto de 2.017.

**Art. 6º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Montes Claros (MG), em 23 de agosto de 2017.



**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 29 DE ABRIL DE 2017  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO  
E CONTAS  
EM 29 DE ABRIL DE 2017  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE ORÇEN CIA  
EM 19 DE SETEMBRO DE 2017  
PRESIDENTE





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Diretoria Administrativa e Financeira**



Montes Claros – MFG, 13 de junho de 2017.

MEMO Nº SMEMOC-DAF Nº 0180.2017

Ilustríssimo Senhor

CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS

D. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Ilustríssimo Senhor

DR. ANDERSON CARVALHO BARBOSA

D. Procurador Adjunto.

Senhor Secretário;

Senhor Procurador;

Vimos oficializar a V. Sas. o encaminhamento do Termo de Referência em anexo, para fins de elaboração do Termo de Fomento a se celebrado entre este Município e a Associação Paula Elizabete, interessada em ofertar ensino fundamental em parceria com a Prefeitura Municipal de Montes Claros – MG aos alunos da rede municipal de ensino e ainda com reforço escolar por meio de atividades e ações para este público.

Vimos informar que este Termo de Referência que estamos encaminhando em anexo encontra-se elaborado com base no que dispõe a **LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 (LEI DO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – MRSOC)**, e o **DECRETO FEDERAL Nº 8.726/2016**.

O objeto destes Termos será: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E DESPESAS COM CUSTEIO DA ENTIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2017.

Agradecendo as sempre e eficientes providências de V. Sas. Subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
Benedito Paula Said  
Secretário Municipal de Educação  
Montes Claros - MG

**BENEDITO PAULA SAID**  
Secretário Municipal de Educação



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **Diretoria Administrativa e Financeira**



#### **JUSTIFICATIVAS**

CONSIDERANDO as especificidades da Lei Federal nº 13.019/2014 quanto à dispensa do Chamamento Público, respaldado no art. 30, caput da referida Lei;

CONSIDERANDO que a Associação Paula Elizabete realizou nos exercícios de 2015 e 2016 o atendimento à 821 alunos de forma sistemática em parceria com o Município de Montes Claros.

CONSIDERANDO que o TERMO DE FOMENTO possibilita ao Poder Público viabilizar o correto atendimento aos seus anseios sociais;

CONSIDERANDO os princípios legais da administração pública, quanto à legalidade, moralidade, economicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade precípua o oferecimento de uma educação de qualidade às crianças e jovens do Município de Montes Claros, e que nessa perspectiva, é que as condições adequadas de acesso tornam-se imprescindíveis, sendo a ausência de vagas aos alunos uma barreira intransponível ao exercício Constitucional do Direito à Educação, direito este, que está garantido no inciso VII, do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *in verbis*:

**(...)**

**"Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:**

**(...)**

**VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde". (grifamos)**

CONSIDERANDO toda a Legislação aqui mencionada, e em especial a Lei nº 13.109/2014 e o Decreto 8.716/2016, que tem por missão aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado;

*Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **Diretoria Administrativa e Financeira**



CONSIDERANDO que obedecendo ao disposto nesta legislação estaremos criando um ambiente estável e sadio que gere segurança jurídica, promovendo o fortalecimento institucional e ainda a valorização das Organizações da Sociedade Civil, e principalmente a transparência na aplicação dos recursos financeiros e a efetividade nas parcerias;

CONSIDERANDO que a lógica processual da Lei 13.019/2014, que estabelece os formatos de parcerias entre os órgãos ou entidades da administração pública e as Organizações da Sociedade Civil envolve cinco fases principais:

- 1ª) Planejamento e Gestão Administrativa;
- 2ª) Seleção e celebração;
- 3ª) Execução;
- 4ª) Monitoramento e avaliação, e
- 5ª) Prestação de contas.

CONSIDERANDO a fase do planejamento e gestão administrativa, a Secretaria Municipal de Educação do Município de Montes Claros – MG tem por objetivo apontar a atual situação da Educação Fundamental junto ao Sistema Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que nos últimos 02 (dois) anos o Município de Montes Claros – MG, vem promovendo a celebração de Termo de Convênio com essa mesma instituição;

#### **Aduzimos os fatos e razões de direito a seguir:**

A Organização aqui mencionada é uma entidade civil, sem fins lucrativos fundada com a finalidade de promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Todos os cidadãos têm direito à educação. Quem não tem nenhum acesso à educação não é capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão na sociedade moderna, sendo a educação um dos elementos essenciais para a efetivação desse direito fundamental.

É válido mencionar que no município de Montes Claros – MG existem inúmeras organizações civis, porém é público e notório que a Associação Paula Elizabete se destaca nesse contexto



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **Diretoria Administrativa e Financeira**



Assim, o Termo de Fomento aqui proposta visa conceder a devida atenção do Poder Público para com a Sociedade civil que promove, incentiva e fomenta a assistência no município e promover uma melhor qualidade de vida a essas pessoas.

A modalidade aplicada pela lei é o Chamamento Público (Lei Federal nº 13.019/2014), logo, uma disputa, e para que ocorra, é indispensável que haja pluralidade de objetos e pluralidade de ofertantes para que ele possa ocorrer.

Todavia, a Lei prevê, em seu art. 30 caput, que, se houver impossibilidade jurídica de competição o chamamento não será realizado por ser dispensável.

Diante do exposto, RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA e determino a publicação do extrato da mesma junto ao Diário Oficial do Município para que seja observado o prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 32, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 13.019/2014.

  
**Benedito Paula Said**  
Secretário Municipal de Educação  
Montes Claros - MG

**BENEDITO PAULA SAID**  
Secretário Municipal de Educação







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
Diretoria Administrativa e Financeira



**DOTAÇÃO: 02.07.004.00012.00361.00034.4062 – Rep. Recursos à Entid. Educacionais Ens. Fundamental.**

**ELEMENTO: 33504300**

**FICHA: 763**

**FONTE: 119 (transferências do FUNDEB 40%)**

**ORIGEM: Recursos de repasses de Fonte Federal.**

Considerando a insuficiência de saldo orçamentário para fins de empenho global destinado aos termos de fomentos a serem celebrados com as entidades aqui mencionadas, vimos **SOLICITAR o encaminhamento ao Legislativo Municipal de Projeto de Lei Autorizativa visando a seguinte suplementação orçamentária** nas dotações a seguir discriminadas:

**SUPLEMENTAR:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR R\$	FICHA	FONTE
02.07.004.00012.00361.00034-4062 33504300	62.820,67	763	119

**ANULAR:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR R\$	FICHA	FONTE
02.007.003.00012.00361.00034-1033 44905100	62.820,67	634	122

Diante do exposto neste Termo de Referência, e ainda com base na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Lei do marco regulatório das organizações da sociedade civil – MRSOC), e o Decreto Federal nº 8.726/2016, e ainda da necessidade que temos de atender ao público estudantil aqui mencionado, vimos encaminhar a presente documentação para análise da Diretoria de Licitações, da Controladoria Geral e da Procuradoria Geral e conseqüentemente a emissão de parecer sobre a legalidade e viabilidade da elaboração e por conseguinte a assinatura entre as partes se for o caso.

Atenciosamente,

  
**Benedito Paula Said**  
Secretário Municipal de Educação  
Montes Claros, MG

**BENEDITO PAULA SAID**  
Secretário Municipal de Educação



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROCESSO ESCOLAS CONVENIADAS 2017 -

NOME DA INSTITUIÇÃO	ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE
---------------------	----------------------------

NOME DA INSTITUIÇÃO	ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE
---------------------	----------------------------

TABELA CÁLCULO DESPESAS MÊS COM PESSOAL (INCLUSIVE 40% MULTA FGTS E INSS) CONVENIADAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

[illegible]

ESTAGIARIOS		SALARIO		CUSTO ADMINISTRATIVO CIEE 8%			AUX. TRANSP	TOTAL MENSAL POR ESTAGIÁRIO		TOTAL POR CARGO
	180	R\$ 767,00		R\$ 61,36			R\$ 117,88	R\$ 946,24	7	R\$ 26.494,72

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM PESSOAL

R\$ 62.820,67

CUSTO COM FORNECIMENTO COM MERENDA PARA 120 ALUNOS SENDO 01 REFEIÇÃO DIA POR 80 DIAS LETIVOS: 120 ALUNOS X 2,00 X 80 DIAS

R\$ 16.800,00

CUSTO ESTIMADO COM COMBUSTIVEL PARA 01 (UMA) VIAGEM DIA BAIRRO/INSTITUIÇÃO (VICE-VERSA) POR 80 DIAS LETIVOS

R\$ 1.000,00

TOTAL GERAL	
-------------	--

R\$ 80.620,67

TOTAL GERAL DIVIDO EM 05 PARCELAS

R\$ 16.124,13

CUSTO SALARIAL COM 01 (UM) MOTORISTA POR CINCO MESES

R\$ 10.000,00

MAPA AUXILIO TRANSPORTE - CONSIDERANDO 22 DIAS LETIVOS MÊS					
	CARGA HORÁRIA	NUMERO DESLOCAMENTOS	DIAS LETIVOS MÊS	VR. UNITÁRIO DA PASSAGEM	VR. TOTAL AUX. TRASP.
	125	2	22	R\$ 2,85	R\$ 117,88
	220	4	22	R\$ 2,85	R\$ 235,75
TOTAL AUXILIO TRANSPORTE MÊS PARTE PATRONAL ( 94% DO VALOR, POIS 6% É POR CONTA DO EMPREGADO)					

O VALOR REFERENTE AO SUPERVISOR ESCOLAR REFERE-SE À CESSÃO DO SERVIDOR JANSEN MAXWELL DE FREITAS SANTANA (PEB 1)

Antigo no valor ajustado de 16.24.13.  
3.8.2017

413.

Valdeir Lazaro Rosa



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROCESSO ESCOLAS CONVENIADAS 2017 -

NOME DA INSTITUIÇÃO

ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE

## TABELA CÁLCULO DESPESAS MÊS COM PESSOAL (INCLUSIVE 40% MULTA FGTS E INSS) CONVENIADAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DSCRIÇÃO DO CARGO	horas/m	DESPESAS COM SALÁRIOS, DÉCIMO TERCEIRO, FÉRIAS, ENCARGOS SOCIAIS, MULTA FGTS E AUXILIO TRANPORTE MENSAIS POR CARGO EM R\$										
		SALÁRIO	13ºSALARIO	FÉRIAS	INSS + SAT+ CTS 20%+3%+5,8% = 28,8%	FGTS (8%)	MULTA FGTS 40%	PÓ DE GIZ / ALFA ACOMPANH	AUXILIO TRANSPORTE	TOTAL DESP. MÊS POR CARGO	Nº CARGOS	TOTAL POR CARGO
SUPERVISOR (PEB1)	220	R\$ 2.055,87	R\$ 171,32	R\$ 228,43	R\$ 707,22	R\$ 196,45	R\$ 78,58		R\$ 235,75	R\$ 3.673,62	1	R\$ 14.694,49
SERVENTE ZELADORIA	220	R\$ 937,00	R\$ 78,08	R\$ 104,11	R\$ 322,33	R\$ 89,54	R\$ 35,81		R\$ 235,75	R\$ 1.802,62	2	R\$ 14.420,98
CANTINEIRO	220	R\$ 937,00	R\$ 78,08	R\$ 104,11	R\$ 322,33	R\$ 89,54	R\$ 35,81		R\$ 235,75	R\$ 1.802,62	1	R\$ 7.210,49
											4	R\$ 36.325,95

ESTAGIARIOS		SALARIO	CUSTO ADMINISTRATIVO CIEE 8%					AUX.TRANSP	TOTAL MENSAL POR ESTAGIÁRIO		TOTAL POR CARGO
	180	R\$ 767,00		R\$ 61,36				R\$ 117,88	R\$ 946,24	7	R\$ 26.494,72

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM PESSOAL

R\$ 62.820,67

## CUSTOS COM REPASSE DE MERENDA, GÁS DE COZINHA, VEICULOS.

CUSTO COM FORNECIMENTO COM MERENDA PARA 120 ALUNOS SENDO 01 REFEIÇÃO DIA POR 80 DIAS LETIVOS: 120 ALUNOS X 2,00 X 80 DIAS

R\$ 16.800,00

CUSTO ESTIMADO COM COMBUSTIVEL PARA 01 (UMA) VIAGEM DIA BAIRRO/INSTITUIÇÃO (VICE-VERSA) POR 80 DIAS LETIVOS

R\$ 1.000,00

TOTAL GERAL

R\$ 80.620,67

TOTAL GERAL DIVIDO EM 05 PARCELAS

R\$ 16.124,13

CUSTO SALARIAL COM 01 (UM) MOTORISTA POR CINCO MESES

R\$ 10.000,00

MAPA AUXILIO TRANSPORTE - CONSIDERANDO 22 DIAS LETIVOS MÊS					
	CARGA HORÁRIA	NUMERO DESLOCAMENTOS	DIAS LETIVOS MÊS	VR. UNITÁRIO DA PASSAGEM	VR. TOTAL AUX. TRANSP.
	125	2	22	R\$ 2,85	R\$ 117,88
	220	4	22	R\$ 2,85	R\$ 235,75
TOTAL AUXILIO TRANSPORTE MÊS PARTE PATRONAL ( 94% DO VALOR, POIS 6% É POR CONTA DO EMPREGADO)					



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 65/2017 QUE “AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS A FIRMAR PARCERIA COM A ENTIDADE QUE MENCIONA, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto tem como objetivo a autorização legislativa para que o Município possa firmar parceria objetivando o repasse de recursos financeiros à entidade que menciona.


A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para firmar parcerias é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 29 de agosto de 2017.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 65/2017**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Município de Montes Claros a Firmar Parceria com a Entidade que Menciona, repassar recursos financeiros; e dá outras providências.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 29/08/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 30/08/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, a firmar parceria e repassar recursos financeiros à Associação Paula Elizabete no valor de R\$ 62.820,67 (sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas para uso na merenda escolar dos alunos regularmente matriculados.

As dotações orçamentárias indicadas no PL constam no orçamento vigente, com recursos para arcar com a despesa solicitada.

Convém informar que esta Comissão reuniu-se com representantes da referida entidade, que relatou sobre os projetos desenvolvidos com 600 famílias e atendimento direto a 300 crianças e adolescentes dos bairros Village I e II, Conjunto Minas Gerais e adjacências.

Assim sendo, esta Comissão verifica que a proposição trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende requisitos legais.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 06 de setembro de 2017.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: \_\_\_\_\_





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 65/2017**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Município de Montes Claros a Firmar Parceria com a Entidade que Menciona, repassar recursos financeiros; e dá outras providências.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 29/08/2017 com entrada na Sala das Comissões no dia 30/08/2017, após emitir parecer sobre a legalidade e constitucionalidade, foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para manifestar sobre a matéria.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, a firmar parceria e repassar recursos financeiros à Associação Paula Elizabete no valor de R\$ 62.820,67 (sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas para uso na merenda escolar dos alunos regularmente matriculados.

As dotações orçamentárias indicadas no PL constam no orçamento vigente, com recursos para arcar com a despesa solicitada.

No mérito, esta Comissão considera viável o repasse de recurso financeiro à referida entidade, tendo em vista o trabalho social que desenvolve junto às famílias, crianças e adolescentes dos bairros Vilage I e II, Conjunto Minas Gerais e adjacências, justificando a parceria com o município.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 06 de setembro de 2017

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares

Vice- Presidente: Ver. Domingos Edmilson Magalhães

Relator: Ver. Daniel Dias da Silva